

LINGUAGENS, PODER E ENSINO:

políticas linguísticas, ensino e aquisição
em contextos plurais

Organizadores/as

Patrícia Graciela da Rocha
Alex Pereira de Araújo
João Tobias Lima Sales

1ª Edição

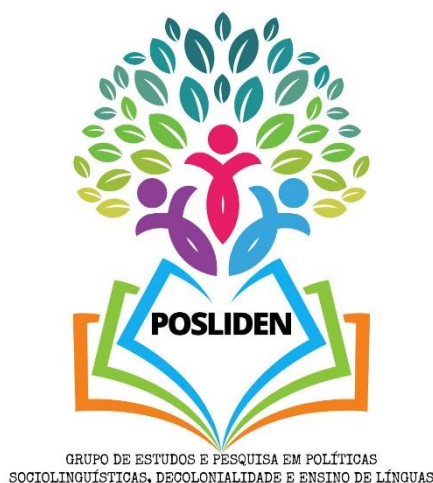
CAMPO GRANDE – MS
2026

VEZ=VOZ

Organizadores/as
Patrícia Graciela da Rocha
Alex Pereira de Araújo
João Tobias Lima Sales

LINGUAGENS, PODER E ENSINO: políticas linguísticas, ensino e aquisição em contextos plurais

1ª Edição



CAMPO GRANDE MS



2026



VEZ E VOZ EDITORA

CNPJ 32.055.369/0001-98

Conselho Editorial

Profa. Dra. Adir Casaro Nascimento – UCDB

Prof. Dr. Alberto Ferreira Donatti – UNB

Profa. Dra. Célia Beatriz Piatti – UFMS

Profa. Dra. Claudia Alvarez – FCG

Prof. Dr. Erly Cardoso Teixeira – UFV

Prof. Dr. Joel Saraiva Ferreira – UFMS

Prof. Dr. José Bonifácio Alves da Silva – PM Navegantes SC

Profa. Dra. Karla Rejane de Andrade Porto – FACSUL

Prof. Dr. Linoel de Jesus Leal Ordonez - UFMS

Profa. Dra. Maria Isabel Alonso Alves – UFAM

Profa. Dra. Maria Ivone da Silva – FECRA

Prof. Dr. Rodrigo Aranda Serra – SESAUCG/MS

Prof. Dr. Waldir Leonel - UEMS

PARECERISTAS AD HOC (AVALIAÇÃO DUPLO-CEGO)

Convidados exclusivamente para a avaliação por pares às cegas dos trabalhos submetidos a esta publicação:

Alex Pereira de Araújo (PPGEL/UFMS)
Ana Karla Pereira de Miranda (PPGEL/UFMS)
Angela Guida (PPGEL/UFMS)
Ani Carla Marchesan (UFFS)
Daniela Sayuri Kawamoto kanashiro (PPGEL/UFMS)
Fabiana Poças Biondo (PPGEL/UFMS)
Gabriela Claudino (UFMS)
Ivonete Nink Soares (UNIR/IFA)
João Tobias de Lima Sales (UECE)
Linoel Leal Ordóñez (PPGEL/PPGEDU/UFMS)
Lucas de Souza Machado (PPGEL/UFMS)
Maiara Cano Romano Pereira (PPGEL/UFMS)
Marta Banducci Rahe (UFMS)
Suzana Vinicia Mancilla Barreda (PPGEL/UFMS)



CNPJ 32.055.369/0001-98

Copyright©by Patrícia Graciela da Rocha, Alex Pereira de Araújo,
João Tobias Lima Sales

Editora VEZ E VOZ

Rua 14 de julho, 4721 – 4/706

Telefone 67 99627 0800

79010-470 – Campo Grande MS – Brasil

www.editoravezevoz.com

Editado no Brasil – Julho de 2026

Capa: Patrícia Graciela da Rocha

Diagramação e projeto editorial: VEZ E VOZ

Revisão: dos autores

Imagens: dos autores

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Jeanine Lopes de Oliveira – CRB-1/2513

L755

Linguagens, poder e ensino: políticas linguísticas, ensino e aquisição em contextos plurais [recurso eletrônico] / Organizadores Patrícia Graciela da Rocha, Alex Pereira de Araújo, João Tobias Lima Sales. -- Campo Grande, MS: VEZEVOZ, 2026.
PDF.; 282KB.

DOI: 10.29327/5890128.

ISBN: 978-65-80041-35-0.

1. Política - Linguística. 2. Linguagem. 3. Estudos Linguísticos.
I. Título. II. Rocha, Patricia Graciela da. III. Araújo, Alex Pereira.
IV. Sales, João Tobias Lima.

CDD 23.ed. 400

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....08

Capítulo 1

Políticas linguísticas de língua inglesa na educação infantil: um estudo da matriz curricular do município de Campo Grande/MS

Renata Pereira Felício Billancieri

Viviane Costa Lopes.....11

Capítulo 2

Repensar a língua[gem]: caminhos para compreender as políticas linguísticas

Glaucimara Lopes Schneider Hova

Alex Pereira de Araújo.....27

Capítulo 3

O CELPE-Bras como política linguística de estado: tensões entre língua, poder e internacionalização no PEC-PLE

Giovana Rosa Martins

Thaissa Moreira Prado.....44

Capítulo 4

Cooficialização da Língua Terena de Sinais em Miranda-MS: Reflexões à luz das políticas linguísticas

Aline Ferreira Oliveira Araujo

Laís Lainy Moraes dos Santos

Suzana Vinicia Mancilla Barreda.....64

Capítulo 5

A voz e o silêncio em bodies: Glotopolítica e Colonialidade na Barriga de Aluguel

Rafael Antunes Pereira.....79

Capítulo 6

Neologismos como mecanismo de construção de sentidos sobre as mudanças climáticas nas práticas discursivas

Harriet Harry

Sueli Maria Ramos da Silva.....89

Capítulo 7

A neutralidade da/na inteligência artificial: uma reflexão acerca de conceitos linguísticos do ChatGPT

Fernanda Victória Cruz Adegas

Diogo Burlamaqui.....103

Capítulo 8

Entre *input*, filtro afetivo e *output*: aquisição de inglês na educação infantil

Giovana Rosa Martins

Renata Pereira Felício Billancieri.....120

Capítulo 9 - *Ensaio*

Ensino de L2: uma perspectiva na contramão da tradição

Julia Rockel Amarilha.....132

Sobre os organizadores e organizadora.....144

Sobre os autores e autoras.....146

Índice Remissivo.....151

**Glaucimara Lopes Schneider Hova
Alex Pereira de Araújo**

Uma vez um rapaz Xavante me fez uma pergunta. Ele tinha toda educação do povo dele da aldeia, mas agora ele tinha que viver na cidade. Ele entendia que eu já tinha mais experiência de viver na cidade, então ele segurou na minha mão e me perguntou: 'Como eu faço para eu entender essa linguagem da cidade?' Eu não sabia o que responder, então, do meu coração, eu consegui responder para ele o seguinte: 'Seja espontâneo'. Deixa o seu coração ser espontâneo e a sua mente ser espontânea que a montanha e tudo que está ao seu redor vão conversar com você e vão responder a você. (Krenak, 2020).

INTRODUÇÃO

A invenção de um Estado-nação como o Brasil também significou a reinvenção do monolinguismo nessas bandas de cá do Atlântico Sul, com a transposição e a imposição da língua do colonizador por intermédio da qual se forjou um tal abismo existencial que causou o epistemicídio de boa parte dos saberes ancestrais tanto dos povos afrodescendentes quanto dos povos originários (cf. Fanon, 2008, 2022; Derrida, 2001; Gonçalves, 2006; Gonzales, 2020; 2022; Krenak, 2020; Rocha, 2024; Araújo, 2025a; 2025b; Lagares, 2018).

O resultado dessa invenção, no caso do Brasil, foi que criou situações como essa descrita na epígrafe de autoria de Ailton Krenak (2020), esse nosso ancestral que se encontra conosco nesse tempo presente em que precisamos de "ideias para adiar o fim do mundo".

Sem dúvida alguma, a glotopolítica colonial que está por trás dessa invenção geopolítica, também é responsável pelo "defeito de cor" que nos legou um complexo de inferioridade epidérmica que persiste até hoje (cf. Fanon, 2008, 2022; Gonçalves, 2006; Gonzales, 2020; 2022; Santos [Nêgo Bispo], 2023).

A epígrafe, ainda, nos permite pensar que fora desse monolinguismo nosso de cada dia, há outras formas de conceber e lidar com aquilo que os linguistas chamam simplesmente de língua, e que muitos usuários dispõem de um certo conhecimento epilinguístico que resulta de suas experiências linguísticas cotidianas, sobretudo, das práticas discursivas onde a língua acontece concretamente nesses atos de enunciação. Além disso, nos faz lembrar que vivemos, na verdade, o mito do monolinguismo no Brasil, já que convivemos com aproximadamente 300 línguas nativas mais algumas dezenas de línguas estrangeiras como japonês, alemão, árabe, espanhol, italiano, ucraniano, francês, crioulo haitiano etc.

É por essa abertura, sinalizada pela epígrafe, que procuramos, aqui, repensar a língua como um dos caminhos para compreender as políticas linguísticas. E esse gesto é um meio pelo qual buscamos contribuir com as discussões sobre como ampliar o conceito de língua, ao levar em consideração as cosmovisões que aparecem fora do prisma do monolinguismo e as abordagens que têm investido em glotopolíticas mais inclusivas e que estejam voltadas para a justiça epistêmica, sem a qual não se pode promover a justiça social na *zona do não-ser* (Fanon, 2008) e no Sul Global (cf. Sousa Santos, 2007).

Assim, este capítulo se propõe a repensar o conceito de língua para compreender as políticas linguísticas a partir desse deslocamento que transformou a compreensão sobre a língua e seus modos de regulação. Ao reconhecer que as questões linguísticas envolvem relações de poder, disputas simbólicas e formas de organização social, procuraremos apresentar, a seguir, o caminho analítico que nos trouxe até aqui.

PENSAR FORA DO MONOLINGUISTO QUESTIONANDO O QUE É A LÍNGUA[GEM]

O primeiro passo para repensar a língua[gem] é questionar o que é de fato uma língua[gem], ou seja, será preciso problematizar *de fora* como a ciência da linguagem construiu o conceito de língua com base na experiência do monolinguismo [eurocêntrico] universalizado com a criação dos Estados-nações, na Europa; depois, exportado para a África e para o continente americano com a expansão marítima colonial das suas metrópoles (Derrida, 2001).

Em termos práticos, esse monolinguismo [*do outro*] foi usado, de um lado, para superar o multilinguismo fora da Europa; de outro,

para impor o uso da língua nacional de cada metrópole colonizadora com os propósitos que já são conhecidos pelas denúncias feitas por Fanon (2008; 2022), Gonzales (2020; 2022), Césaire (2020), Krenak (2020), Santos [Nêgo Bispo] (2023), dentre outros.

A princípio, pode se dizer que “Língua é tudo aquilo que todos nós falamos, de um modo ou de outro” (Rajagopalan, 2008, p. 16). Contudo, essa constatação, aparentemente, simples, esconde toda a complexidade do monolinguismo nosso de cada dia que domina a forma como vemos o cosmo e as nossas vidas por meio de uma certa glotopolítica comprometida com colonialismo do passado e com a colonialidade do presente. Daí, a importância da língua[gem] nas práticas sociais.

A “ciência genuína da linguagem”, como dito antes, também é afetada por um certo empirismo que está sob a ordem do monolinguismo e associado, de certo modo, à gramatização das línguas, responsáveis por dar corpo a tal sistema de dominação da linguagem e das vidas das pessoas, principalmente, através do controle social das práticas discursivas; embora não tenha assumido isso sob o pretexto de que sua objetividade científica a tornaria imune ao político e ao ideológico que afetam tanto os falantes, na qualidade de sujeitos da linguagem, quanto a própria linguagem, seu campo circunscrito de estudo (cf. Rajagopalan, 2003, 2008; Araújo, 2022, 2025a, 2025b, 2026).

Enquanto disciplina ou meio disciplinador dos discursos teóricos sobre as línguas e suas linguagens, a linguística tem adotado uma postura política comprometida com práticas discursivas coloniais que ignoram os saberes e as epistemologias do Sul Global conforme vem denunciando Mufwene (2020), Makoni (2014) e Araújo (2022, 2025a, 2025b, 2026).

Então, não é por nenhum acaso que a linguística vem se esforçando para descrever a linguagem “como uma realidade mental ou um objeto de natureza algorítmica etc. – em suma como qualquer coisa menos uma prática social” (Rajagopalan, 2003, p. 126). É por assumir esta posição teórica abstrata que ela acredita estar “ao lado dos credos democráticos, contra a visão, generalizada e enraizada na sociedade, da desigualdade entre língua padrão, de um lado, e os falantes ou ‘dialeto’ do outro” (Gnerre, 1994, p. 25).

De todo modo,

[...] esse argumento tem sido usado como o triunfo dos linguistas modernos em seu esforço de levar adiante a ideia de que é sua disciplina que realmente contribui

para o espírito da democracia, na medida em que afirma que todos os homens nascem iguais, não apenas em termos de suas habilidades corpóreas básicas e de posse de massa cinzenta em seus crânios, mas também em termos linguísticos (Rajagopalan, 2008, p. 17).

Contudo, esse espírito democrático não está dissociado de forma alguma do modo “como o Estado e o poder são apresentados como *entidades superiores* e *‘neutras’*”, assim como “o código aceito ‘oficialmente’ pelo poder é [também] apontado como *neutro* e *superior*, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações de poder” (Gnerre, 1994, p.9, ênfase e adendo acrescentados). Enfim, ele também está ligado diretamente ao monolinguismo e ao seu modelo de pensar a língua como *entidade abstrata* e *neutra*.

Nesse sistema de pensamento, a padronização linguística será sempre uma forma de intervenção política sobre o modo como os falantes devem usar a sua própria língua. Por assim dizer, “é ela que, nas sociedades modernas, cria a Língua como objeto social reconhecível e perfeitamente delimitado, permitindo-nos identificar comunidades linguísticas diferenciadas” (Lagares, 2018, p. 174).

Por isso é que se pode afirmar que “toda intervenção política sobre a realidade social da linguagem faz parte de processos políticos e culturais amplos, e suas consequências ultrapassam também o âmbito do que a linguística descritiva moderna convencionou chamar de ‘estritamente linguístico’” (Lagares, 2018, p. 174); ou seja, o estudo do sistema pelo sistema (autossuficiente), pensado sem a participação dos falantes.

A ideia desse “estritamente linguístico” está ligada, portanto, à questão da “neutralidade” e da “objetividade” (Araújo, 2025b) que giram em torno da crença na “inocente” existência de “pesquisas puras”, sob o pretexto de que “o único compromisso do cientista é com a verdade” (Rajagopalan, 2003, p. 44), como se fosse possível ignorar o fato de que “a própria participação dos linguistas não está isenta de ideologia e constitui uma intervenção política e não apenas técnica com o objetivo de encontrar ‘a melhor solução’” (Lagares, 2018, p. 176). Nela, “também estão presentes vestígios do exercício do poder, da ação interventora daqueles que, em dados momentos históricos, ajudam a moldar os rumos da pesquisa, enfim o rumo da própria disciplina.” (Rajagopalan, 2003, p.76).

É, então, em nome desse “estritamente linguístico” que a “ciência genuína da linguagem” vem mantendo sua “imanência [política]” para proteger, explicitamente, o seu núcleo duro onde a língua figura

como forma convencional, e, implicitamente, o monolinguismo [subjacente] com a valorização mercantil das línguas europeias, numa escala onde as línguas colonizadoras da velha ordem ocupam o topo (cf. Araújo, 2012, 2016, 2025b, 2026).

Em consequência desses vestígios do poder [colonizador] é que “a linguística de hoje mostra sinais de querer se enclausurar numa torre de marfim, contemplando, com saudade, o mundo perdido de identidades fixas e delineadas uma vez por todas.” (Rajagopalan, 2003, p. 27).

Esse, talvez, seja um dos motivos que tem tornado o conceito clássico de língua cada vez mais insustentável nesses tempos de ascensão política do Sul Global, não só porque encerra “a ideia de auto-suficiência [sic], mas também faz vistas grossas às heterogeneidades que marcam todas as comunidades de fala.” (Rajagopalan, 2003, p. 27).

Em termos práticos, o que se observa é que

Alguns *comentaristas* ignoraram o papel que as informações sobre o Sul Global, fornecidas especialmente por seus falantes nativos, podem desempenhar na forma como a área se engaja com esse processo específico, que se presume ocorrer de maneira uniforme em todo o mundo. (cf. Mufwene, 2020, p. 287-288, tradução nossa; ênfase acrescentada).

No final das contas, esse conceito clássico de língua, que figura como verdade universal na disciplina linguística, nada mais é do que uma utopia poderosa que esconde aquele velho desejo de se apoderar discursivamente do poder que o episódio da Torre de Babel já revelava. Contudo, houve a confusão das línguas para impedir a concretização de tal desejo, ou seja, que o poder ficasse nas mãos de um apenas.

Ao longo da história, esse desejo de dominar os povos e seus domínios, lançando mão de políticas de unificação linguística, tem reaparecido em acontecimentos como a expansão do império romano, a gramatização das línguas juntamente com a criação dos estados-nações ou com a expansão mercantil colonial, com o surgimento do nacionalismo etc.

Em termos arqueogenealógicos, tal desejo ganha corpo com o surgimento, na cultura helênica, do termo “bárbaro” [βάρβαρος] ligado ao enunciado: “πας μη Ελλην βαρβαρος” [pas mê Hellên bárbaros] cujo

significado, em português, quer dizer: “todo não grego é bárbaro” (tradução nossa). Mas, se não fosse a ideia pejorativa que está por trás da etimologia de bárbaro, esse enunciado poderia ser considerado, sem problema algum, como uma sentença lógica, ou seja, se o seu histórico não tivesse tal carga semântica de cunho supremacista, poderia até passar como um enunciado qualquer que estaria a cargo de expressar o princípio de identificação e da não-contradição.

No entanto, ele traduz o modo como os gregos se referiam pejorativamente a fala dos persas, como [bar-bar-bar], ou seja, como tivessem dificuldades de enunciar os sons da sua própria língua (Oxford Language, 1989). Só depois, essa forma passou a ser usada para menosprezar o que era estrangeiro como algo inferior a cultura helênica (cf. Araújo, 2022).

Essa ideologia grega vai reaparecer com o nacionalismo dos estados-nações, quando as políticas linguísticas passam a ter as feições que conhecemos hoje, ganhando mais visibilidade na estrutura do poder estatal como um saber língua como linguagem do poder. Foi aí que as línguas europeias passaram por um processo de gramatização para superar o latim e o poder da Santa Sé (cf. Gnerre, 1994). Foi também dessa maneira que passou a fazer parte do planejamento linguístico dos estados-nações, chegando às escolas.

É nesse sentido que se diz que “o ensino da língua (i.e., o ensino da língua materna) é doutrinação política levada a cabo de modo velado, um bom exemplo de como os ‘aparelhos ideológicos do estado’ de Althusser (1996) funcionam no assujeitamento dos indivíduos” (Rajagopalan, 2008, p. 18). Por meio da instituição escolar que temos acesso à norma-padrão, frequentemente apresentada como realidade incontestável e como expressão de uma verdade linguística absoluta.

Mas esse ensino não está desvinculado do monolinguismo universalista eurocêntrico, porque as línguas locais, principalmente, aquelas na zona do não-ser, estão condicionadas a obedecer às regras do mercado linguístico que, como foi dito antes, estabeleceu uma escala de valor entre as línguas, em que o inglês, francês, alemão, espanhol, italiano figuram no topo, como reflexo do poder econômico dos países do Norte Global e para manter o controle dos mercados no mundo (cf. Gnerre, 1994).

Por assim dizer, todas essas são maneiras de buscar esconder que “a linguagem pode ser usada [estrategicamente] para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população” (Gnerre, 1994, p. 21, adendo acrescentado), subvertendo sentidos e práticas linguísticas, e/ou criando (ou mantendo) zonas de exclusão

como a que deu origem ao abismo existencial e ao complexo de inferioridade epidérmica no mundo sob o jugo do colonialismo europeu, que Fanon, em *Pele negra: máscaras brancas*, chamou de zona do não-ser (Fanon, 2008, p. 26).

Esses são os fatos históricos que estão por trás do conceito clássico de língua[gem] em sua relação com um certo poder-saber. Daí é que surge a necessidade de repensá-lo não só para compreender as políticas linguísticas ligadas a ele, como também uma forma de contribuir com a emergência de um outro paradigma que seja capaz de lidar com as novas demandas do tempo presente, sobretudo, aquelas que se referem aos fenômenos da descolonização da zona do não-ser, da sua linguagem em meio ao desejo de conter o poder que tem lugar no Sul Global com a ascensão dos BRICS (cf. Araújo, 2025a, 2026).

PERCURSOS REFLEXIVOS SOBRE POLÍTICA LINGUÍSTICA

A língua[gem], como mostrado na seção anterior, faz parte das práticas sociais e das relações de poder e de saber-poder, e as ciências [empíricas e sociais] devem pensar a vida e *sobre* a vida (Rajagopalan, 2003). E a língua[gem] é vida em atos discursivos ou “discursivizados”, é a vida se comunicando com a vida num encontro de seres de língua[gem]!

Por isso, várias reflexões sobre os questionamentos a respeito das políticas linguísticas e desse conceito clássico de língua apareceram em aportes da Etnolinguística e da Antropologia Linguística, da Linguística Aplicada, da Sociolinguística, da Linguística Decolonial e mesmo da Análise do Discurso, áreas que, ao problematizarem práticas e relações linguísticas, acabam por evidenciar a dimensão política que as atravessa. Em seus primórdios, essa área do conhecimento é:

[...] entendida como uma forma de resolver “problemas linguísticos” em novas sociedades multilíngues, decidindo sobre as funções que cada língua cumpriria no novo país e “equipando” os idiomas locais, que não contavam com os instrumentos próprios das línguas de colonização (ortografia, gramática e dicionário). Nessa política, o planejamento do status (sobre as funções sociais da língua) e o planejamento do corpus (sobre a forma do código linguístico) são empreendidos com a participação de linguistas, que colocam seus conhecimentos técnicos especializados a serviço do projeto de unificação política dos países (Lagares, 2018, p. 22-21).

Inclusive, Jernudd e Nekvapil, (2012 apud Lagares, 2018) nos alertam que dados de pesquisas sociolinguísticas eram (são) comumente utilizados para fundamentar decisões de planejamento sobre elaboração das formas gráficas e lexicais dos idiomas, por exemplo (Jernudd; Nekvapil, 2012 apud Lagares, 2018). Entretanto, esses autores já destacavam a necessidade de considerar a diversidade de interesses dos distintos grupos sociais, as disputas políticas entre falantes que mobilizam valores diferentes, bem como o fato de que a pesquisa em planejamento linguístico deve assumir caráter interdisciplinar, e não se restringir ao campo da Sociolinguística.

Mas, foi ao longo da década de 1980 que se consolidou uma compreensão mais abrangente de política linguística, entendida como um conjunto de intervenções deliberadas sobre as línguas e seus modos de uso. E é nesse período que emerge o termo glotopolítica, antes citado de forma irregular com aparições esporádicas, como nos ensina Lagares (2018). Esse mesmo autor nos apresenta o conceito de Guespin e Marcellesi (1986, p. 5 apud Lagares, 2018, p. 32): “a glotopolítica é necessária para englobar todos os fatos da linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político”.

Dessa forma, infere-se que a glotopolítica envolve qualquer forma de intervenção na linguagem, realizada em diferentes contextos e por diversos atores sociais. Para Calvet (2007), apenas o Estado tem poder e recursos para planejar e colocar em prática suas decisões políticas. Por isso, mesmo que outras entidades menores também possam fazer ações ligadas à política linguística, na maioria das vezes essas iniciativas vêm do próprio Estado ou de algum órgão que tenha certa autonomia dentro dele.

Diante do exposto, é concebível pensar nas políticas linguísticas estabelecidas pelo Estado-nação por meio de normativas e políticas públicas, mas é possível ir muito além. Partindo, por exemplo, da concepção de língua trazida por Busch (2015, p. 10), para qual a língua é um fenômeno essencialmente corpóreo, uma vez que, assim como o gesto e a emoção, ela “é primeiramente, e acima de tudo, um posicionamento do sujeito em relação ao mundo”. Tal concepção de língua amplia de maneira significativa a compreensão das políticas linguísticas. Se a língua é, antes de tudo, uma forma de estar no mundo, então qualquer intervenção política sobre ela atinge não apenas códigos ou sistemas abstratos, mas as próprias formas de expressão, identidade e relação dos sujeitos com seu meio social.

Nesse sentido, políticas linguísticas não são meramente decisões técnicas ou administrativas; elas incidem diretamente sobre práticas vividas, afetos, modos de ser e de se reconhecer em atos de linguagem, na vida das pessoas. Assim, ao regular, promover ou restringir usos linguísticos, o Estado e outras instituições interferem também nos corpos, nas experiências e nos lugares de fala dos indivíduos.

Contextos multilíngues e plurilíngues, geralmente são potenciais espaços para essas reflexões. A tese de Barreda intitulada “Interculturalidades no contexto Puerto Quijarro (Bolívia) – Corumbá (Brasil): Português língua de fronteiras — ensino, aprendizagem e formação de professores”, de 2017, ilustra tais conceitos. Ao pesquisar o processo de aprender e ensinar português como língua estrangeira, num contexto de fronteira, revelou que as práticas culturais — não só os métodos formais de ensino — tornaram-se meios importantes para o aprendizado de língua, evidenciando que aprender português em fronteira vai além da gramática: envolve vida, cultura e relações sociais.

A partir de seu cotidiano e durante sua trajetória investigativa, a autora deparou-se com a realidade da fronteira mítica das travessias familiares e viu-se desafiada:

[...] como aproximar os alunos aprendizes de espanhol ao “espaço das práticas e intercâmbios linguísticos a céu aberto” como inicialmente considerava o lado boliviano fronteiriço? Essa questão emergiu ao constatar que muitos desses futuros professores de espanhol mantinham um silencioso e contundente distanciamento dos bolivianos e suas línguas, indicador de que a proximidade geográfica apresenta matizes que vão além daqueles pressupostos pela cercania. (Barreda, 2017, p. 28).

Esse estudo, além de evidenciar a importância das relações sociais, das práticas culturais e das experiências cotidianas que atravessam a fronteira, problematiza a noção de “proximidade geográfica”, mostrando que ela não garante, por si só, intercâmbio linguístico ou abertura cultural. Seu relato sobre o distanciamento silencioso dos futuros professores de espanhol em relação aos bolivianos e às suas línguas revela que os limites simbólicos podem ser mais fortes que os geográficos [geopolíticos].

Foucault (2007) discute, em *As Palavras e as Coisas*, que as formas de nomear, classificar e organizar o mundo não são neutras, mas dependem das ideias e regras de cada época, que moldam o que é possível dizer e pensar, influenciadas por sistemas de saber e poder que organizam a linguagem, os discursos e seus atos. Desse modo, a língua não é apenas comunicação: ela reflete as condições históricas de possibilidade que estruturam o pensamento e moldam os próprios sujeitos. O autor emprega a arqueologia para mapear as diferentes epistemes – as condições históricas anônimas que definem o que é possível pensar, dizer e saber em uma determinada época e isso tem a ver com a instauração ou manutenção de práticas discursivas em um dado tempo presente, as quais se ligam ao poder e seu saber-poder.

As políticas linguísticas vão ganhando corpo nessas práticas discursivas [sob controle de um certo poder], tal qual “a ciência genuína da linguagem”, pois surgem também de atos de discursos para fazer o poder funcionar por meio de um saber-poder que exige um certo saber-língua que garanta a governabilidade do Estado-nação; ou seja, uma espécie de língua de lei com a qual o poder comunica seus discursos, suas ordens, suas leis, suas políticas (Foucault, 1999; Gnerre, 1994; Derrida, 2001; Lagares, 2018; Araújo, 2024).

Essa forma discursiva de pensar as políticas linguísticas e o monolinguismo que as regulam, permite-nos perceber como esse modelo se transformou em um “megaparadigma” capaz de mudar não apenas a ecologia comunicacional do mundo, mas de criar um abismo existencial e uma zona do não-ser, conforme atestou Frantz Fanon (2008), psiquiatra e intelectual martinicano, em sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas”, ao fazer uma análise crítica sobre os efeitos psicológicos, sociais e linguísticos da colonização sobre pessoas negras.

É nesse seu estudo “diagnóstico” que Fanon demonstra que falar uma língua vai muito além de dominar a gramática (sintaxe e morfologia); é, essencialmente, incorporar uma cultura e carregar o peso de uma civilização, e acrescenta “Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito” (Fanon, 2008. p. 34). Portanto, ele também vai além da ideia de que a língua é apenas uma ferramenta de comunicação, defendendo que a linguagem é, na prática, um vetor de cultura e poder.

Nesse sentido, a linguagem constitui-se como uma forma de dominação, onde falar “como o branco” torna-se um requisito para ser reconhecido como civilizado ou inteligente, em outras palavras, torna-se uma máscara branca, uma tentativa de transcender a cor da pele e

a condição de colonizado – um mecanismo glotopolítico de poder sobre o sujeito colonizado. Ao adotar a língua do colonizador, o negro não apenas comunica, mas internaliza o sistema de valores, a história e a hierarquia social do colonizador onde ele figura como ser inferior por conta da sua epiderme negra.

Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender políticas linguísticas muito além da definição de normas ou de escolhas de línguas oficiais, mas, sim, como ações que atravessam profundamente a vida social, cultural e subjetiva dos sujeitos e das comunidades, as quais se manifestam no cotidiano. Em outras palavras, compreender políticas linguísticas exige reconhecer sua dimensão prática e concreta, que envolve sujeitos, comunidades e seus modos de viver e se comunicar.

No esforço de repensar acerca do conceito de políticas linguísticas, a perspectiva que se mostrou mais pertinente foi compreender a língua como um fenômeno corpóreo e como uma forma de posicionamento do sujeito no mundo. Tal compreensão evidencia que qualquer intervenção sobre a linguagem produz efeitos sociais, políticos e subjetivos, ainda que não se manifeste explicitamente sob a forma de uma política estatal.

A pesquisa desenvolvida por Barreda (2017) nos mostra que o ensino de línguas na fronteira exige não apenas “competência linguística”, mas também sensibilidade intercultural e disposição para romper barreiras históricas, sociais e afetivas.

Busch (2015) também enfatiza essa dimensão encarnada e experiencial da linguagem, desafiando visões abstratas e estruturalistas, e chamando atenção para o fato de que o uso linguístico é sempre atravessado por afetos, histórias de vida e práticas sociais, uma forma de pensar a língua[gem] como ela é vivida, sentida e percebida por muitos povos e usuários.

Talvez, seja essa ideia que Araújo (2022) vem tentando expressar em torno de seu conceito de *língua-linguagem como encruzilhada* de algo movido pela energia vital dos seres que se comunicam e se interagem com o cosmo [a natureza], tendo que travar lutas pela sua própria identidade e se posicionar socialmente, uma forma semelhante àquela que defendia Humboldt (Araújo, 2025a).

E isso nos faz pensar que as políticas linguísticas não são apenas responsáveis por regular vocabulários ou normas gramaticais, mas intervêm nas condições históricas de produção que permitem certos discursos existirem, ou serem silenciados, tendo em vista que elas atuam diretamente nos processos de subjetivação e de identidade, na medida

que a língua serve para forjar os sujeitos de um Estado-nação, ao instituir práticas discursivas e outros atos de língua[gem] (cf. Foucault, 1999, Araújo, 2024).

Diante desse percurso discursivo e teórico, tornou-se evidente que as políticas linguísticas, em seu sentido amplo, não devem se limitar a medidas governamentais ou diretrizes oficiais, mas podem abranger um amplo conjunto de práticas, discursos e intervenções que moldam os modos de dizer, de pensar e de se posicionar socialmente no mundo. Contudo, como objeto de estudo do campo emergente chamado de Glotopolítica, elas são efeitos do poder direto sobre as línguas e a vida de seus usuários, como foi mostrado na epígrafe desse capítulo.

É justamente esse campo novo que vem permitindo repensar as políticas linguísticas, “considerando que toda sociedade é languageira e que toda prática de linguagem é [um ato] social [político]” (Lagares, 2018, p. 34, adendo acrescentado). Ao mesmo tempo, a Glotopolítica vem buscando incluir, na discussão, a compreensão dos usuários sobre suas percepções sobre suas relações com a língua[gem] ou sobre as suas noções de língua[gens], com o desejo de abordar tais políticas em seu complexo dinamismo político, ou seja, a vida em sociedade, afetada pelas relações de poder.

CONSIDERAÇÕES EM “COMEÇO – MEIO – COMEÇO”

As questões levantadas e refletidas aqui foram mobilizadas com o intuito de repensar o conceito de língua[gem] *fora* do discurso disciplinador da “ciência genuína da linguagem”. Ao mesmo tempo, a discussão decorrente procurou dar conta de compreender as políticas linguísticas a partir da crítica que se faz àquilo que está por trás da crença sobre a neutralidade científica e sobre a sua objetividade, que é o desejo de poder cujo domínio da linguagem faz parte; afinal, é por meio da língua[gem] que o poder se exerce e circula, sobretudo, quando impõe novas práticas discursivas (cf. Araújo, 2025b).

Então, compreender a língua como um campo [político] de disputa simbólica e como um instrumento de organização social nos permitiu reconhecer a centralidade das escolhas linguísticas na constituição de identidades, na legitimação de saberes e na produção de desigualdades. Encerrar este capítulo significa, portanto, não concluir uma questão, mas abrir novas frentes de investigação, reafirmando que re-

fletir sobre políticas linguísticas é, antes de tudo, interrogar criticamente os próprios fundamentos que sustentam as relações entre língua, poder e sociedade.

Além disso, o nosso objetivo principal foi apresentar uma discussão voltada para questões práticas decorrentes de políticas linguísticas majoritariamente dominadas pela ideologia do monolinguismo ocidentalizante, porque a ideia aqui foi iniciar um diálogo com o público leigo, reconhecendo que é preciso escutá-lo mais, prestando “mais atenção à sabedoria popular, se quisermos manter um diálogo profícuo no qual contextos aparentemente diferentes – leigo e acadêmico [especialista] – possam mostrar sua interação – que aliás, existe, apesar de algumas controvérsias” (Rajagopalan, 2003, p. 13, adendo acrescentado).

Por se tratar de um texto-encruzilhada, muitos nomes próprios foram evocados porque estão na trajetória do seu pensar, em seus genes discursivos, “para a gente não esquecer que os passos vêm de longe”, das práticas sociais; ou seja, a referência a esses nomes revelam as suas filiações em redes com os estudos decoloniais e culturais que se apresentam como crítica que questiona as colonialidades do saber e um certo humanismo eurocentrado para demonstrar que “é possível mudar as coisas, ao invés de nos contentar em simplesmente descrevê-las e fazer teorias engenhosas a respeito delas” (Rajagopalan, 2003, p.12).

Enfim, nesse espaço discursivo, limitado pelas linhas, coube retomar discussões sobre a repercussão da dificuldade de lidar com o descompasso entre o conceito de língua[gem], estabelecido pela linguística imanente, com as políticas linguísticas. Portanto, não esteve em nosso escopo tratar do tema no campo exclusivo da glotopolítica, mas, pensar a partir do modo como o monolinguismo dominante é usado como poder-saber para controlar as pessoas por meio da língua[gem]. E esse foi um gesto de criar ideias para reduzir os impactos dos apagamentos linguísticos com o fim de muitas línguas ao repensar o que é a língua[gem].

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alex Pereira de. Decolonial Linguistics: From Fanon to Linguistic Phenomena Linked to the Historical Transformation of the Zone of Non-Being in the Global South. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, 13(2), 2026, p. 38–47. DOI: <https://doi.org/10.22161/ijaers.132.7>. <https://doi.org/10.22161/ijaers.132.7>. Acesso em: 06 mar., 2026.

ARAÚJO, Alex Pereira de. The emergence of decolonial linguistics: a demand from the global south in the [ancestral] post-future. **International Journal of Language, Linguistics, Literature and Culture** (IJLLLC), vol. 4, nº 6, dez., 2025a, p.128-135. DOI: <https://doi.org/10.59009/IJLLLC.2025.0164> . Acesso em 9 jan., 2026.

ARAÚJO, Alex Pereira de. A variação linguística entre o político e o decolonial. In: ROCHA, Patrícia Graciela da; SOARES, Ivonete Nink; ORDONEZ, Linoel Leal (org.). **Linguagem, poder e ensino: debates sobre políticas e práticas educacionais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025b. DOI: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-436-0.3>

ARAÚJO, Alex Pereira de. BNCC e o ensino de Português: uma normativa curricular para a língua [em face do pretuguês] ou a linguagem [dos falantes] sob força de lei? **Tabuleiro de Letras**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 11–28, 2024. DOI: 10.35499/tl.v18i1.19967. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/19967>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ARAÚJO, Alex Pereira de. A língua-linguagem como encruzilhada: desafios e implicações tradutórias de um conceito decolonial em elaboração. **Lingu@ Nostr@**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 76–99, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/232521.8.2-6..> Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/lnostr@/article/view/16553>. Acesso em: 17 dez. 2025.

ARAÚJO, Alex Pereira de. A desconstrução da política linguística educacional: em foco a identidade do professor de português. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 3, p. 1259–1280, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21723/ri-ae.v11.n3.2827>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2827>. Acesso em: 9 dez. 2025.

ARAÚJO, Alex Pereira de. QECR e o ensino de português língua estrangeira: autonomia e alteridade. In: RIBEIRO, Maria d’Ajuda Alomba (Org.). **Português como língua estrangeira na UESC: questões identitárias**. – Ilhéus-BA: Editus, 2012.

BARBAROUS. In: **Oxford English Dictionary**, 2.^a Edição, 1989.

BARREDA, Suzana Vinicia Mancillia. **Interculturalidades no contexto Puerto Quijarro (Bolívia) - Corumbá (Brasil)**. Português língua de fronteiras: ensino, aprendizagem e formação de professores. 2017. Tese (Doutorado em Educação, Linguagem e Psicologia) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BUSCH, Harald. A língua é um fenômeno essencialmente corpóreo. *In*: BUSCH, Harald. **Repertórios linguísticos: uma perspectiva pós-funcional**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 11-28.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução Claudio Willer; Ilustração Marcelo D'Saete. – São Paulo: Veneta, 2020.

DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Tradução Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001 (Coleção Campo da Filosofia – 7).

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira e de Regina Salgado Campos. 1ª edição. – Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 60, n. 3, p. 874-877 - set./dez. 2018.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. – São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALES, Lélia. O golpe de 1964: o novo modelo econômico e a população negra. *In*: GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. – 1ª edição. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver**. São Paulo: Cultura do Bem Viver, 2020, p. 30.

MAKONI, Sinfrey; PENNYCOOK, Alastair. Desinventando e (re)constituindo línguas. Tradução de Cristine Gorski Severo. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 16, n. 2, dez., 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2015v16n2p9>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2015v16n2p9>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MAKONI, Sinfrey. Uma crítica sobre língua, lingualização e supervernáculo. *In*: CORREA, Djane Antonucci (org.). **Política linguística e ensino de língua**. São Paulos: Pontes, 2014.

MUFWENE, Salikoko Sangol. Decolonial linguistics as paradigm shift a commentary. *In*: DEUMERT, Ana; STORCH, Anne (org.). **Colonial and decolonial linguistics**: Knowledges and epistemes. Oxford University Press, 2020. p. 289–300 DOI <https://doi.org/10.1093/oso/9780198793205.003.0018>

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Linguagem o santo graal da linguística. Tradução de Daniel do Nascimento e Silva. *In*: SIGNORINI, Inês (org.). **Situar a língua[gem]**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. – São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ROCHA, Patrícia Graciela da. Políticas linguísticas para o plurilinguismo e a educação escolar indígena brasileira: avanços e retrocessos *In*: ROCHA, Patrícia Graciela; SOARES, Ivonete Nink; MACHADO; Lucas de S. (org.). **Políticas linguísticas e ensino de línguas**. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos [Nêgo Bispo]. **A terra dá, a terra quer**. Imagens de Santídio Pereira – São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud.** CEBRAP (79), nov. 2007. p. 71-94. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 maio.2024

LINGUAGENS, PODER E ENSINO:

políticas linguísticas, ensino e aquisição
em contextos plurais



GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM POLÍTICAS
SOCIOLINGÜÍSTICAS, DECOLONIALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS